

Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 272/2023 PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2023 REGISTRO DE PREÇOS

DATA DA REALIZAÇÃO: <u>10/04/2023</u>

HORÁRIO DE INÍCIO DA DISPUTA: 09 Horas

LOCAL: Sala de Licitações da Prefeitura do Município de Cambuí - MG, sito à Rua

Joao Moreira Salles Nº. 32 - Subsolo - Centro - Cambuí - MG.

O MUNICÍPIO DE CAMBUÍ, Estado de Minas Gerais, inscrito no CNPJ sob n.º 18.675.975/0001-85, com sede administrativa na Praça Coronel Justiniano Nº. 164 – centro – Cambuí - MG, por intermédio do Excelentíssimo Prefeito Municipal, Tales Tadeu Tavares, torna pública a realização de procedimento de licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo "Menor preço Por item", objetivando o REGISTRO DE PREÇOS objetivando a REGISTRO DE PREÇOS, OBJETIVANDO A FUTURA OU EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TESTE DO COVID-19, EM CONFORMIDADE COM O TERMO DE REFERÊNCIA.

O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar Federal n.º 147, de 14 de agosto de 2014.

Essa a licitação refere-se a medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, nos termos da Lei Nº. 13.979/2020. Conforme previsto na citada lei os prazos correrão pela metade, sendo que quando os prazos forem ímpares o mesmo será arredondado para o primeiro número interior abaixo e, aditivos e supressões serão feitos de acordo com o percentual previsto nessa lei.



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

1 - DO OBJETO

- 1.1 Constitui objeto deste PREGÃO o REGISTRO DE PREÇOS, OBJETIVANDO A FUTURA OU EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TESTE DO COVID-19, EM CONFORMIDADE COM O TERMO DE REFERÊNCIA.
- 1.2 Edital e seus Anexos poderão ser obtidos através da Internet pelo endereço: www.prefeituradecambui.mg.gov.br
- 1.3 As informações **administrativas relativas a este Edital** poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras e Licitações pelo telefone nº (35) 3431-1167

2 - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- 2.1 Poderão participar do certame os interessados cujo ramo de atividade seja pertinente ao objeto da contratação e que preencherem as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.
- 2.2 O presente edital concede tratamento diferenciado e favorecido as microempresas e empresas de pequeno porte, aplicando-se os dispositivos legais previstos na sessão I do capítulo V (acesso aos mercados) da Lei Complementar 123/2006 e alterações da Lei Complementar 147/2014.
- 2.3 Será vedada a participação de empresas:
 - a) Declaradas inidôneas para licitar e contratar com a Administração Pública;
 - b) Impedidas de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/2002;
 - c) Suspensas, temporariamente, de participação em licitação e impedidas de contratar, nos termos do art. 87, III, da Lei nº 8.666/1993;



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

- d) Reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;
- e) Enquadradas nas disposições no artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, ou ainda,
- f) Sob processo de falência, concordata ou recuperação judicial ou extrajudicial de crédito.
- 2.4 Será permitida a participação de cooperativas, <u>desde que</u> apresentem modelo de gestão de subcontratação.
- 2.5 Por força do que dispõe o Capítulo V, artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, as microempresas, empresas de pequeno porte, no anocalendário anterior, receita bruta até o limite definido no inciso II do "caput" do artigo 3º da referida Lei Complementar, terão tratamento diferenciado e favorecido.

3 - CONSULTA, DIVULGAÇÃO E ENTREGA DO EDITAL

3.1 O EDITAL poderá ser retirado ou consultado por qualquer interessado, no site www.prefeituradecambui.mg.gov.br "Licitações" ou na sede da Prefeitura sito à Praça Coronel Justiniano N°. 164 - Centro, Depto. de Licitações, durante o expediente normal do órgão licitante, das 08h às 16h, até a data aprazadapara recebimento dos documentos e dos envelopes "PROPOSTA" e "DOCUMENTAÇÃO".

4 - DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

4.1 É facultado a qualquer interessado a apresentação de pedido de providências ou de impugnação ao ato convocatório do pregão e seus anexos, observado, para tanto, o prazo de até 2 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas.



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

- 4.1.1 As medidas referidas no **subitem 4.1.** poderão ser formalizadas por meio de requerimento endereçado à **autoridade subscritora** do **EDITAL**, devidamente protocolado no endereço e horário constantes do subitem **3.1.** Também será aceito pedido de **providências** ou de **impugnação** encaminhado por meio do e-mail licitações@prefeituradecambui.mg.gov.br ou carta registrada ou através do telefone (**35**) **3431-1167**, cujos documentos originais deverão ser entregues no prazo indicado também no **subitem.**
- 4.1.2 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados aa pregoeira, através do e-mail: licitações@prefeituradecambui.mg.gov.br até 03(três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, naforma prevista no Preâmbulo.
- 4.1.3 A pregoeira deverá decidir sobre a impugnação antes da abertura do certame.
- 4.1.4 Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do Edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização destePREGÃO.
- 4.2 A impugnação deverá, obrigatoriamente, estar acompanhada de CPF ou RG, em se tratando de pessoa física, e de CNPJ, em se tratando de pessoa jurídica (por documento original ou cópia autenticada), bem como do respectivo ato constitutivo e procuração, na hipótese de procurador, que comprove que o signatário, efetivamente, representa e possui poderes de representação da impugnante.

5 - DO CREDENCIAMENTO



Estado de Minas Gerais

Administração 2021/2024

5.1 Os representantes das empresas concorrentes, para o credenciamento deverão apresentador os seguintes documentos **fora dos envelopes:**

a) Declaração geral para licitação (MODELO ANEXO II)

- a. As empresas que não entregarem esta declaração não poderão entregar os envelopes, recebendo-os de volta lacrados, se for o caso.
- b. As empresas que apresentarem a declaração, mas não apresentarem documentação hábil para credenciarem os seus representantes legais, poderão entregar os envelopes e participar com o seu preço original ofertado, mas estarão impedidos de participar da etapa de lances.
- c. O responsável legal poderá assinar a declaração na própria sessão para firmar o compromisso moral de honestidade e transparência na participação do certame
- b) Será exigida **Procuração Particular para Credenciamento**com firma reconhecida (§2º do art. 654 do Código Civil) ou Procuração Pública, em nome do representante legal, dando poderes específicos para formular lance, negociar preço, assinar declarações, interpor e desistir de recursos, assinar e praticar todos os demais atos pertinentes à licitação.

(MODELO ANEXO III).

- c) Cópia autenticada do Ato Constitutivo da Empresa, que comprove a capacidade do outorgante da Procuração Particular em constituir mandatários. Dispensado se o instrumento for Procuração Pública.
- d) Declaração de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte ME/EPP ou Microempreendedor Individual MEI (MODELO ANEXO VI), acompanhada da CertidãoSimplificada da Junta Comercial do Estado da



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

sede da Licitante, que conste o seu enquadramento, expedida no corrente

ano, para fins de usufruir dos benéficos da Lei Complementar nº 123/2006, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei nº 147/2014, de 07 de agosto de 2014.

- e) Apresentação de documento de identificação do representante com fé pública ou de cópia autenticada da mesma.
- f) Cada representante somente poderá representar uma única licitante.
- g) Os documentos necessários ao credenciamento deverão ser apresentados por qualquer processo de cópia autenticada por Tabelião de Notas ou cópia acompanhada do originalpara autenticação pelo Pregoeiro ou por membro da Equipe de Apoio.

6 - DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1 A proposta e os documentos para habilitação deverão ser **entregues**, separadamente, em02 (dois) envelopes fechados, contendo em sua parte externa os seguintes dizeres:

PREGÃO Nº. 040/2023

ENVELOPE 01: PROPOSTA COMERCIAL DATA DE ABERTURA: 10/04/2023 – 09 horas

NOME DA EMPRESA:

PREGÃO Nº. 040/2023

ENVELOPE 02: DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DATA DE ABERTURA: 10/04/2023 – 09 horas

NOME DA EMPRESA:

7 - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE PROPOSTA



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

7.1 A Proposta de Preços, gerada a partir das orientações constantes no **ANEXO IX** deste edital, que deverá ser apresentada:na <u>forma impressa e assinada</u>, em papel, de preferência grampeadas de modo que não existam folhas soltas, impressa com clareza, sem rasuras ou entrelinhas que dificultem sua análise.

7.2 A proposta de preço deverá conter os seguintes elementos:

a) Preço unitário por item do objeto licitado, com até <u>02 (duas)</u> casas decimais, valor total e valor global, expressos em moeda corrente nacional, não superior ao preço máximo estabelecido no **Anexo I**.

b) Prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação, ficando estabelecido que na omissão será considerado aceito este prazo.

c) Dados do fornecedor/empresa, conforme os campos solicitados;

d) odas as características do produto tais como marca, fabricante e procedência, observadas as especificações constantes do **Anexo I** deste Edital

e) Dados do Representante Legal da empresa ou Procurador, conforme os campos solicitados; (e assinatura na forma impressa).

7.3 Não será admitida cotação que não contemple todas as quantidades de cada item ou comtemple todos os itens do Lote.

7.4 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências essenciais deste Edital e seus Anexos, bem como as omissas e as que apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

7.5 Considerações para elaboração da proposta:



Estado de Minas Gerais

Administração 2021/2024

7.5.1 Nos preços propostos estarão previstos, além do lucro, todos os custos diretos e indiretos relativos ao cumprimento integral do objeto do Pregão, envolvendo, entre outras despesas, tributos de qualquer natureza.

8 - DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

8.1 O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**, observada às especificações técnicas constantes do **Termo de referência** e demais condições definidas neste Edital.

9 - DO CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE

- 9.1 O critério de aceitabilidade dos preços ofertados será o de compatibilidade com os preços *razoáveis* praticados no mercado, coerentes com a execução do objeto ora licitado, aferidomediante a pesquisa de preços que instrui o processo administrativo pertinente a esta licitação, a qual poderá, a critério da pregoeira, ser atualizada por ocasião do julgamento das propostas, de modo a evidenciar a economicidade da contratação.
- 9.2 Se houver indícios de que a proposta apresentada seja inexequível, a pregoeira determinará ao licitante que comprove a exequibilidade, sob pena de desclassificação.

10 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

10.1 Os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** (envelope n° 02) poderão ser apresentados em original, ou por qualquer processo de cópia desde que autenticada por cartório competente, <u>ou</u> cópia simples que poderá ser autenticada pela pregoeira ou pelos membros da Equipe de Apoio no decorrer da sessão **desde que o original esteja na posse do representante credenciado**, ou ainda por meio de publicação em órgão oficial expedidos via Internet.



Estado de Minas Gerais

Administração 2021/2024

- 10.2 Na hipótese de não constar prazo de validade em certidão, será aceita como válida a expedida até 30 (trinta) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.
- 10.3 Os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** pertinentes ao ramo do objeto do Pregão são os seguintes:
 - 10.3.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA: Caso esteja apresentado nos documentos de credenciamento não necessita apresentá-lo no envelope de Habilitação.
 - **10.3.1.2.** Registro comercial, para empresa individual;
 - **10.3.1.3.** Ato constitutivo, em vigor, devidamente registrado, para as sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos comprobatórios de eleição de seus administradores, caso não seja entregue por ocasião de credenciamento;
 - **10.3.1.4.** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

10.3.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- **10.3.2.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) em plena validade;
- **10.3.2.2.** Certidão conjunta Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, que abrange inclusive a regularidade relativa à Seguridade Social (INSS).
- **10.3.2.3.** Certidão Negativa de Débito ou Positiva com efeitos de negativa com a Fazenda Estadual da sede da licitante;
- **10.3.2.4.** Certidão Negativa de Débito ou Positiva com efeitos de negativa com a Fazenda Municipal da sede da licitante;



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

10.3.2.5. Certificado de Regularidade do FGTS-CRF.

10.3.2.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas(CNDT).

10.3.3.DEMAIS DOCUMENTOS

10.3.3.1.Certidão negativa de falências ou recuperação judicial, expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica, cuja pesquisa tenha sido realizada em data não anterior a 30 (trinta) dias da data prevista para apresentação dos envelopes;

10.3.3.2. Registro ANVISA do(s) produto(s) ofertado(s).

10.3.4. DECLARAÇÕES

10.3.4.1. Declaração geral para licitação **ANEXO II** deste Edital.

10.4. Não será aceito protocolo de entrega ou solicitação de substituição de documento àquele exigido no **EDITAL** e seus **ANEXOS**.

10.5 – Se o licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da filial, excetos aqueles documentos que pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz. Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante da licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda a documentação de ambos os estabelecimentos na forma e condições previsto **neste item**.

11 - DO PROCEDIMENTO E JULGAMENTO



Administração 2021/2024

11.1 No horário e local indicado no aviso de licitação, será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame.

11.2 Iniciada a abertura do primeiro envelope de proposta estará encerrado o credenciamento.

11.3 A análise das propostas pela pregoeira visará o atendimento das condições

estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas cujo

objeto não atenda às especificações, prazos e condições fixadas neste Edital e que

apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes.

11.3.1 No tocante aos preços, as propostas serão verificadas quanto à exatidão das

operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, procedendo-se

às correções no caso de eventuais erros, tomando-se como corretos os

preços unitários. As correções efetuadas serão consideradas para apuração

do valor da proposta.

1.3.2 Será desclassificada proposta cujo lance final exceder o preço máximo

estabelecido para este processo licitatório

11.4 As propostas serão classificadas para a etapa de lances de acordo com os seguintes

critérios:

a) Primeiramente, a proposta de menor valor e as que lhe forem superior em até

10% (dez por cento);

b) Não havendo pelo menos 03 (três) propostas com preços na condição definida na

alínea anterior, serão selecionadas as que apresentarem os menores percentuais

de desconto, até o máximo de 03 (três). No caso de empate nos percentuais de

desconto serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do

número de licitantes.



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

11.5 A pregoeira convidará individualmente os autores das propostas selecionadas para

formularem lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço

e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso

de empate de preços.

11.5.1 A licitante sorteada em primeiro lugar poderá escolher a posição na

ordenação de lances em relação aos demais empatados, e assim

sucessivamente até a definição completa da ordem dos lances.

11.6 A etapa de lances será encerrada quando os classificados nessa etapa declinarem da

formulação de lances.

11.7 Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionadas e não

selecionadas para a etapa dos lances, na ordem crescente de valores, considerando-se,

para as selecionadas, o último percentual de desconto ofertado.

11.8 A pregoeira poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à

redução do preço.

11.9 Após a negociação, se houver, a pregoeira examinará a aceitabilidade do menor

preço, decidindo motivadamente a respeito

11.10 Considerada aceitável a oferta de menor preço e declarada vencedora do item, será

aberto o envelope de documentos de habilitação.

11.11 Eventuais falhas e dúvidas em relação à regularidade dos documentos de habilitação

poderão ser sanadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão

sobre a habilitação, inclusive verificação efetuada por meio eletrônico hábil de

informações.

Estado de Minas Gerais

Administração 2021/2024

11.12 A verificação será certificada pela pregoeira e deverão ser anexados aos autos os

documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente

justificada.

11.13 A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios

eletrônicos no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não

sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será

inabilitada.

11.14 Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a

licitante será declarada vencedora.

11.15 Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências para a

habilitação, a pregoeira examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das

licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente até a apuração de uma

que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

12 - DOS RECURSOS

12.1 No final da sessão, a licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediata e

motivadamente a sua intenção, abrindo-se então o prazo de 03 (três) dias corridos

para apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes, desde logo,

intimadas para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a

correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos

autos.

12.2 A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará: a preclusão

do direito de recurso; a adjudicação do objeto do certame pela pregoeira à licitante

vencedora; e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a

homologação.



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

- 12.3 As razões do recurso deverão ser protocoladas junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura do Município de Cambuí MG, Praça Coronel Justiniano, nº 164, Centro, Paço Municipal;
- 12.4 Interposto o recurso, a pregoeira poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente;
- 12.5 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e decidirá sobre a homologação do procedimento;
- 12.6 O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;
- 12.7 Não havendo recurso, após o seu resultado, a pregoeira adjudicará o objeto do certame a licitante vencedora e encaminhará à autoridade superior o processo licitatório juntado o relatório para homologação;
- 12.8 Em conformidade com o Art. 4-G §2° da Lei Federal N°. 13.979/2020 os recursos terão apenas efeito devolutivo.

13 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 13.1 Constatado o atendimento das exigências fixadas neste Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será declarado vencedor.
 - 13.2 A homologação do resultado da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pela pregoeira, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.



Estado de Minas Gerais

Administração 2021/2024

13.2.1 A homologação do resultado desta licitação não obriga esta Administração à aquisição do objeto licitado.

14 - DO PAGAMENTO

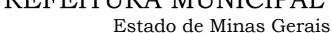
- 14.1 O pagamento será efetuado através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pelo Contratado, à vista da fatura/nota fiscal por ele apresentada, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o recebimento definitivo do objeto, com a apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada pela secretaria;
- 14.2 A vencedora do certame deverá apresentar as certidões (FGTS e CERTIDÃO FEDERAL em validade para o pagamento.
- 14.3 Quaisquer erro ou emissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte da adjudicatária e haverá em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

15 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

15.1 As contrataçõees advindas da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias indicadas no momento da efetivação da compra.

16 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- Após a adjudicação e a homologação, os preços serão registrados na Ata de Registro de Preços, cuja minuta constitui o **ANEXO** deste Edital.
- 16.2 Convocada, terá a adjudicatária o prazo de até **02** (**dois**) **dias úteis**, a contar da data do recebimento da comunicação da Prefeitura do Município de Cambuí MG, para assinar a Ata de Registro de Preços, sob pena de sujeitar-se às penalidades previstas neste Edital.



Administração 2021/2024

16.3 A vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da primeira publicação das Atas de Registro de Preços deste processo licitatório.

16.4 O órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços poderá, a qualquer tempo, requerer comprovação da prática dos preços apresentados, que poderá ser feita através da cópia de notas ficais ou outro documento comprobatório dos precos de

mercado.

16.5 Nos termos do § 2° do Artigo 15 da Lei 8666/93, serão publicados pelo órgão gerenciador da Prefeitura do Município de Cambuí - MG, a Ata de Registro de Preços no quadro de avisos no hall de entrada do Paço Municpal, contendo todos os

valores unitários referentes a este Pregão.

16.6 Quando os primeiros classificados estiverem impossibilitados de cumprir com o fornecimento do objeto (devidamente justificado e aceito pela Administração), as licitantes remanescentes poderão ser chamadas para fornecer os materiais, desde que

o preço registrado encontre-se dentro dos praticados no mercado.

16.7 Caso os preços dos licitantes remanescentes encontrem-se acima do praticado no mercado, os mesmos poderão ser negociados (reduzidos). Caso os preços venham a ser negociados, os mesmos serão novamente registrados em Ata e publicados

conforme Edital.

17 – DO PRAZO DE VALIDADE E DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS.

17.1 O prazo de validade do registro de preços será de 12 (doze) meses, contado a partir da data da publicação da respectiva Ata de Registro de Preços.

17.2 A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa na ocorrência das situações previstas na legislação pertinente..



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

18 - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO/EXECUÇÃO DO OBJETO

- 18.1 O prazo de entrega/execução será se acordo com o termo de referência anexo ao edital, após o recebimento da ordem de empenho, seguindo rigorosamente as quantidades solicitadas, mediante autorização contida nas respectivas Ordens de Compra.
 - 18.1.1 O prazo de entrega/execução poderá ser prorrogado, no interesse da Administração e a critério da Secretaria Municipal de Administração diante de pedido formalizado, feito ao setor requisitante até 2 (dois) dias antes do término do prazo original.
 - **18.1.1.1** Compete a área requisitante, no interesse e a critério da Administração, determinar o prazo total da prorrogação.
- 18.2 Constatadas irregularidades no objeto contratual, a qualquer tempo, a Contratante poderá:
 - 18.2.1 Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinar sua substituição ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
 - 18.2.1.1 Na hipótese de substituição, o contratado deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de (24 vinte e quatro)horas, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmentecontratado;
 - 18.2.2 Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

18.2.2.1 Na hipótese de complementação, o contratado deverá fazê-la em conformidade com a indicação do contratante, no prazo máximo de (24 vinte e quatro) horas, contados da notificação por escrito, mantido o preçoinicialmente contratado.

18.3 O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente dentro do exercício financeiro vigente, conforme Decreto de Execução Orçamentária.

19 - DAS PENALIDADES

- 19.1 De conformidade com o art. 86, da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, o atraso injustificado na realização do serviço objeto deste certame sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento);
 - 19.1.1 A multa prevista no item 19.1, será descontada dos créditos que a contratada possuir com o município de Cambuí MG PR, e poderá cumular com as demais sanções administrativas.
- 19.2 Caso a licitante não substitua o objeto considerado irregular no prazo previsto neste Edital e Anexo I, serão aplicadas as penalidades, sem prejuízo da aplicação daquelas contidas no item 19.3.
- 19.3 Nos termos do artigo 87, da Lei 8.666/93 e suas alterações, pela inexecução total ou parcial do objeto contratado, a Administração poderá aplicar à vencedora, mediante publicação no Diário Oficial do Ente Federado, as seguintes penalidades:
 - a) advertência por escrito;
 - b) multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de 10% (dez por cento) sobre a parcela inadimplida do contrato;



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Cambuí - MG, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita pela

Administração do Município, será aplicado o limite máximo temporal previsto

para a penalidade 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto

perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a

reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo

com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

19.4 Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias

úteis contados da intimação por parte do Município, o respectivo valor será

descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não

forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para inscrição em Dívida

Ativa e posterior execução pela Procuradoria Geral do Município de Cambuí - MG.

19.5 Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirar a Nota de Empenho,

o valor da multa não recolhida será encaminhado para inscrição em Dívida Ativa e

posterior execução pela Procuradoria Geral do Município de Cambuí - MG.

19.6 Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a

contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou

nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão

superior, dentro do mesmo prazo.

19.7 Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê

defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei.

19.8 A(s) licitante(s) vencedora(s) do certame após devidamente convocada para assinatura

da Ata de Registro de Preços e/ou Contrato devera(ao) assinar o documento no prazo



Estado de Minas Gerais

Administração 2021/2024

máximo de 03 (três) dias úteis. Se a licitante vencedora não comparecer na Procuradoria Geral no prazo estipulado, poderá acarretar nas seguintes sanções:

- a) Multa compensatória no percentual de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor total estimado do contrato, pela recusa em assiná-lo, apresentar o comprovante da prestação de garantia contratual e retirar a nota de empenho, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no art. 87 da Lei Federal n° 8.666/93;
- b) Multa de mora no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento) calculada sobre o valor total estimado do contrato, por dia de inadimplência, até o limite de 02 (dois) dias úteis, na entrega total do objeto deste, caracterizando a inexecução parcial;
- c) Multa compensatória no percentual de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor total estimado do contrato pela inadimplência além do prazo de 02 (dois) dias úteis, caracterizando a inexecução parcial do mesmo.
- d) Advertência.
- 19.9 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui a possibilidade da aplicação de outras, previstas na Lei Federal nº 10.520/02 e na Lei Federal nº 8.666/93, inclusive a responsabilização da licitante vencedora por eventuais perdas e danos causados à Administração.
- 19.10 A multa deverá ser recolhida aos cofres públicos do Município de Cambuí, via Tesouraria Municipal, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data de recebimento da notificação enviada pela Prefeitura Municipal de Cambuí.

20 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1 O resultado do presente certame será divulgado através de publicação no quadro de avisos da prefeitura de Cambuí e/ou no site do Município de Cambuí – MG.



20.2 A qualquer tempo o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ou aumento daqueles praticados no mercado, cabendo ao órgão gerenciador convocar as empresas registradas para negociar o novo valor.

Administração 2021/2024

- 20.3 Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso, desde que devidamente comprovados através de cálculos e da documentação pertinente, e após aprovação dos órgãos interessados.
- 20.4 A vencedora é responsável pelos danos causados diretamente ao MUNICÍPIO ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo resultante da contratação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização e acompanhamento do MUNICÍPIO.
- 20.5 São de responsabilidade da contratada todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da contratação e a sua inadimplência não transfere ao MUNICÍPIO a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto da presente.
- 20.6 O Município rejeitará, no todo ou em parte, os produtos ou serviços em desacordo com o exigido neste Edital.
- 20.7 Salvo as exceções previstas neste Edital, os documentos exigidos para habilitação não poderão, em hipótese alguma, ser substituídos por protocolos que configurem o seu requerimento, não podendo, ainda, ser remetidos posteriormente ao prazo fixado.
- 20.8 A apresentação da proposta implicará a aceitação de todas as condições estabelecidas neste Edital, não podendo qualquer licitante invocar desconhecimento dos termos do ato convocatório ou das disposições legais aplicáveis à espécie para furtar-se ao cumprimento de suas obrigações.



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

20.9 O presente PREGÃO poderá ser anulado ou revogado, nos termos do artigo 49 da Lei Federal nº 8.666/93.

20.10 A vencedora se obriga a manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e na contratação, se houver, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

20.11 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Prefeitura Municipal de Cambuí - MG não será, em caso algum, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

20.12 Os licitantes serão responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

20.13 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente no mesmo horário, desde que não haja comunicação da pregoeira em contrário.

20.14 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Prefeitura Municipal de Cambuí - MG.

20.15 Com fundamento na norma do art. 43, § 3°, da Lei Federal n.º 8.666/93, é facultado a pregoeira e a sua Equipe de Apoio, em qualquer fase de licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

20.16 Casos omissos e dúvidas serão resolvidos pela pregoeira.



Estado de Minas Gerais

Administração 2021/2024

20.17 As normas deste PREGÃO serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, e o desatendimento de exigências formais, desde que não comprometa a aferição da habilitação do licitante nem a exata compreensão de sua proposta, não implicará o afastamento de qualquer licitante.

20.18 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

ANEXO I	Termo de Referência – Especificações Técnicas e Condições de Fornecimento;
ANEXO II	Modelo geral de Habilitação
ANEXO III	Modelo de Procuração por Instrumento Particular para Credenciamento
ANEXO IV	Modelo de Declaração de Enquadramento – ME/EPP;
ANEXO V	Modelo de Minuta da Ata de Registro de Preços
ANEXO VI	Modelo de Termo de Indicação de Colaborador Responsável
ANEXO VII	Modelo de proposta comercial

Cambuí - MG, 17 de março de 2023.

ADRIANA CRISTINA MOURA PREGOEIRA

ADILSON PEREIRA DA SILVA EQUIPE DE APOIO

FLÁVIO JOSÉ GALLERANI RIBEIRO EQUIPE DE APOIO

MARCOS YUJI MOTOOKA EQUIPE DE APOIO

ALEXSANDRA MIRIAN FUCHIUE EQUIPE DE APOIO De acordo:

Leandro Fabrício da Rosa Controle Interno



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1- OBJETO

Registro de preços visando a futura aquisição de insumos para o combate a pandemia do COVID-19.

2 - JUSTIFICATIVA

Considerando a impossibilidade de previsão de quantitativos de pessoas infectadas ou expostas ao vírus, o presente Registro de Preços faz-se necessário visando maior controle e agilidade na testagem dos munícipes para combate da pandemia do Coronavirus.

3 - LEGISLAÇÃO

A presente aquisição será realizada em conformidade com a lei Federal 13.979/2020, bem como demais normas aplicáveis.

4. GESTOR

Fica designada o servidor Geovanni Rech, matricula 3256, para ser gestor da contratação.

5 - DESCRIÇÃO DETALHADA E QUANTIDADES:

Item	Material / Produtos	Apres.	Quantidade
	Kit específico para diagnóstico de COVID-19, teste rápido do		
	tipo Ag para detecção qualitativa de antígenos de SARS-COV-2		
	em amostra de SWAB da nasofaringe.		
	O kit específico para diagnóstico do COVID-19 deve possuir e		
	apresentar o numero de registro na ANVISA. Sensibilidade		
	mínima de 90%. Leitura entre 2 e 15 minutos .		
	Cada kit deverá conter um dispositivo de teste, tampão de		
	extração, tampa filtro, swab e instruções de uso.		
01	Validade mínima de 12 meses.	Kit	10.000

Estado de Minas Gerais
Administração 2021/2024

6 - DEMAIS CLÁUSULAS

A quantidade estimada foi elaborada diante das recomendações do Protocolo de Manejo para o Novo Coronavírus (2019-nCov) do Ministério da Saúde para prevenção e controle. A compra será realizada de forma parcelada. Os quantitativos visam atender a demanda até o final do ano, podendo ser suficiente ou não uma vez que o número de contágio pode diminuir ou aumentar.

Caso a secretaria de saúde julgue necessário, a empresa vencedora deverá apresentar amostra no prazo máximo de até 03 dias.

7 - DA ENTREGA

A entrega deverá ser realizada conforme endereço posto na Ordem de Fornecimento (Rua João Moreira Salles, nº 30, Centro, Cambuí), no prazo de 10 dias, após a emissão da ordem de fornecimento.

RODRIGO CÉSAR BUENO Secretario Municipal de Saúde

Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

ANEXO II

DECLARAÇÃO GERAL PARA LICITAÇÃO

(Nome	da	pessoa	juríd	lica)				,	CNPJ	nº.
		sed	iada	(ender	eço comp	oleto)_			, neste	ato
repres	entada	legalme	ente	por	(nome	е	qualificação	do	representa	ante
legal)_					, decl	ara so	b as penas da	lei		
•	Que po	ssui pleno	conh	ecimen	to de toda	as as i	nformações e d	das con	dições cont	idas
	no edita	al referente	e ao P	ROCE	SSO LICI	TATÓ	RIO №/2	0		
•	Que es	tá apta a	partic	ipar de	licitaçõe	s e co	ontratações adı	ministrat	tivas, confo	rme
	respect	ivo Edital,	não	estand	o enquad	drada	em nenhum in	npedime	ento legal p	oara
	licitar e	e contrata	ar co	m o l	Município	de (Cambuí, Estad	do de	Minas Ge	rais,
	especia	ılmente no	que t	ange a	o art. 9º d	a Lei r	ոº 8.666/93.			
•	Que at	é a prese	ente d	data in	existem	fatos	impeditivos pa	ra sua	habilitação	no
	•						das as exigên			
			ocatór	rio, incl	usive aqu	elas r	elativas ao cum	npriment	to do objeto	o da
	licitação)								
	0	C	-1°	_4			07 -1- 1 -1 0 0	000 -1-	04 - 1- 1 1-	
•	•		•				27 da Lei n.º 8.		•	
							outubro de 19 oturno, perigos	•	•	•
		,	,				abalho de quak			
	. •		`	•	•		os termos do i	•		
	-	stituição F		•	405 14 6	1103 11		10130 7(7	www.	ι. ,
	34 OOM	omaigao i	500.u							
	~					, ı	, .		p. r	
•	Que na	o possui e	em se	u quac	iro societa	ario ol	ı de pessoal, s	ervidor	ou airigente	e do

o disposto na Lei nº 8.666/93, artigo 90, inciso III.

órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, em conformidade com

CAMEU

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ

Estado de Minas Gerais

Administração 2021/2024

 Que, em atendimento ao disposto no Art. 40 da Lei Orgânica do Município de Cambuí, não possui parentesco até o terceiro grau com o Prefeito, o Vice-Prefeito, os Vereadores e os ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança e as pessoas ligadas a qualquer deles por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo.

 DECLARO, ainda, que a pessoa jurídica que represento conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/2013.

(Local e data).

Assinatura do representante legal Cargo:

CPF Nº.

Empresa

Razão Social

CNPJ Nº.



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

ANEXO III

MODELO DE PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO (PREFERENCIALMENTE POR INSTRUMENTO PÚBLICO)

(em papel timbrado com razão social, CNPJ, endereço completo, endereço eletrônico, telefone, fax, nome e assinatura do representante legal)

Por este instrumento particular de Procuração, a (Razão Social da Empresa), com sede
(endereço completo da matriz), inscrita no CNPJ/MF sob n.ºe Inscrição Estadual sob n.º
$, representada neste ato por seu(s) (qualificação(\tilde{o}es) do(s) outorgante(s)$
Sr(a) e CPF n.º e CPF n.º,
nomeia(m) e constitui(em) seu bastante Procurador o(a) Sr(a), portador(a) da
Cédula de Identidade RG n.º e CPF n.º, a quem confere(imos)
amplos poderes para representar a (Razão Social da Empresa) perante (indicação do
órgão licitante), no que se referir ao presente PREGÃO PRESENCIAL nº. 040/2023, com
poderes para tomar qualquer decisão durante todas as fases do PREGÃO, inclusive apresentar
DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, os
envelopes PROPOSTA DE PREÇOS (N° 01) e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (N° 02) em
nome da Outorgante, formular verbalmente lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lances, desistir
verbalmente de formular lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lance(s), negociar a redução de preço,
desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-
se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão,
assinar a ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pela pregoeira, enfim, praticar
todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da Outorgante.

A presente Procuração é válida até o dia

Local e data.

Assinatura Responsável legal

Recomendação: Na hipótese de apresentação de procuração por instrumento particular, a mesma deverá vir acompanhada do Contrato Social da proponente ou de outro documento, onde esteja expressa a capacidade / competência do outorgante para constituir mandatário.

NOTA: APRESENTAR FORA DO ENVELOPE, NO INÍCIO DA SESSÃO

Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

ANEXO - IV

MODELO PADRÃO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO – ME/EPP

(papel timbrado da licitante)

Pelo	presente	instrumento,	a	empresa,	CNPJ	n^{o}	,
	com	sede	na				
penas		, at	rav	és de seu representante leg	al infra-a	assin	nado, declara, sob as
do ar	tigo 299 de	o Código Pena	al, c	que se enquadra na situaçã	o de mic	croe	mpresa, empresa de
peque	eno porte o	u cooperativa,	no	s termos da Lei Compleme	ntar nº 1	23/0)6, alterada pela Lei
Comp	olementar i	n° 147/14, ben	n as	ssim que inexistem fatos s	uperveni	ente	es que conduzam ao
seu d	esenquadra	mento desta si	itua	ção.			
Local	l / Data						
Nom	e e assinat	ura do repres	ent	ante legal/procurador.			
(Nor	ne Legível/	Cargo/Carimbo	o d	o CNPI)			



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

ANEXO - V

MINUTA DO TERMO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. XX/2023

ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Cambuí - MG, com sede administrativa localizada na Praça Coronel Justiniano № 164 – Centro – Cambuí – Minas Gerais, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Tales Tadeu Tavares.

GESTOR DA ATA: Fica designado como gestor da presente ata o servidor municipal Sr. XXXXXXXXX, inscrito no CPF sob o Nº. XXXXXXXXXXX.

DETENTORA: A empresa sediada á — Estado de , inscrita no CNPJ/MF sob o n° , neste ato representada por , portador da Carteira de Identidade n° e CPF n° , com poderes para representar a empresa nos termos do

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Registro de preços, pelo período de um ano, visando a futura aquisição de testes para COVID19.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR ESTIMADO

A presente ata está estimada em R\$

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR REGISTRADO

(Descrição do item contendo código, descrição, marca e valor)

CLÁUSULA QUARTA - DOS INTERESSADOS

A presente ata de registro de preço tem como órgão central a Prefeitura Municipal de Cambuí e, atenderá a Secretaria Municipal de Saúde.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ Estado de Minas Gerais

CLÁUSULA QUINTA – DA VALIDADE

Administração 2021/2024

A presente ata de registro de preço terá validade de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura.

CLAUSULA SEXTA - DO FORO

O foro para dirimir questões relativas à presente Ata de Registro de Preços será o Foro da Comarca de Cambuí, Estado de Minas Gerais.

Assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias.

Cambuí, de de 2023.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAMBUÍ
TALES TADEU TAVARES
Prefeito Municipal

Gestor da ata

CNPJ n°

Sr. (a)

DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

ANEXO VI

MODELO DE TERMO DE INDICAÇÃO DE COLABORADOR RESPONSÁVEL (papel timbrado da licitante)

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2023.

2. INDICAÇÃO DE RESPONSÁVEL PELA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Por este instrumento, a empresa, , inscrita no CNPJ/MF
nº, inscrição estadual nº
com sede à(rua, número , bairro, cidade, CEP,
representada neste ato por seu (identificar qualificação), o(a)
Sr(a), portador(a) do documento de identidade RG nº
, emitido pela SSP/, e do CPF nº, nomeia e constitui
a(s) pessoa(s) abaixo relacionada(s) como responsável(is) para acompanhar a execução
da Ata de Registro de Preços, assim como proceder às ações necessárias ao seu
cumprimento, tais como: a) receber e assinar em nome da empresa ordens de
fornecimento emitidas pela Prefeitura Municipal de Cambuí - MG; b) acompanhar a
entrega dos produtos solicitados; c) receber e assinar em nome da empresa o Atestado de
Recebimento e Aprovação; d) receber e assinar em nome da empresa notificações da
Prefeitura solicitando a troca de materiais/produtos recusados pela Prefeitura ou a
complementação nas quantidades solicitadas nas ordens de fornecimento; e) receber
reclamações de produtos vencidos ou incompletos e providenciar a sua substituição; f)
entregar em nome da empresa os atestados de recebimento e aprovação e as notas fiscais
decorrentes de fornecimentos realizados; g) receber e assinar em nome da empresa

Estado de Minas Gerais

Administração 2021/2024

notificações de qualquer natureza recebidas da Prefeitura e relacionadas ao fornecimento dos materiais/produtos constantes na Ata de Registro de Preços; e h) proceder a todos os demais atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no Edital de Pregão acima identificado e em seus Anexos e na Ata de Registro de Preços:

Nome(s) do(s) responsável(is) indicado(s)
RG nº ...

CPF nº

Nome do Representante Legal

3.ORIENTAÇÕES AO FORNECEDOR

Qualificação

- Este Termo de Indicação de Responsável deve ser assinado pelo Representante Legal da empresa e pelo seu indicado para controle e gerenciamento da Ata de Registro de Preços.
- 2) Pode ser indicado mais de um responsável.
- 3) Em caso de substituição de um ou mais responsáveis, novo Termo de Indicação de Responsável deve ser entregue à Administração Municipal.

NOTA: Documento não é desclassificatório.



01

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ

Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

ANEXO VII - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

	Teste rápido qualitativo para detec	ção de anticorpos IgG e IgM					
Item	Material / Pr	rodutos	Apres.	Quantidade		Unitário	Total
					Marca	Valor	Valor
Instru	umento que lhe outorga poderes:						
Nacio	onalidade:	Profissão:					
CPF:	RG:	Estado Civil:					
Nome	e Completo:						
Dado	es do preposto autorizado a firmar o	o contrato de fornecimento:					
Banc	o: Agência:	Conta Corrente:					
Telef	one: ()	Fax: ()					
Ende	reço:						
CNP	J:						
Razã	o Social:						

UNI

1.000

anti-COVID19 pela metodologia de imunocromatografia em até



Estado de Minas Gerais

Administração 2021/2024

15 minutos. COVID-2019 Teste é um ensaio imunocromatográfico para detecção rápida e qualitativa dos anticorpos IgG/IgM da síndrome respiratória aguda grave por coronavírus 2 (SARS-CoV-2), em amostras de sangue total, soro ou plasma humano. O teste deve ser usado como uma ferramenta para auxílio no diagnóstico da doença por infecção por coronavírus (COVID-19), causada pelo SARS-CoV-2.

Teste qualitativo para triagem e auxílio diagnóstico. Resultados negativos não excluem a infecção por SARS- CoV-2 e resultados positivos não podem ser usados como evidência absoluta de SARS-CoV-2. O resultado deve ser interpretado por um médico com auxílio dos dados clínicos e outros exames laboratoriais confirmatórios. Sensibilidade acima de 86,4% e especificidade acima de 99,5%. A embalagem deverá conter número do registro da ANVISA, lote e validade.



Estado de Minas Gerais

Administração 2021/2024

	Kit específico para diagnóstico de COVID-19, teste rápido do tipo				
	Ag para detecção qualitativa de antígenos de SARS-COV-2 em				
	amostra de SWAB da nasofaringe.				
	O kit específico para diagnóstico do COVID-19 deve possuir e				
	apresentar o numero de registro na ANVISA. Sensibilidade				
	mínima de 90%. Leitura entre 2 e 15 minutos .				
	Cada kit deverá conter um dispositivo de teste, tampão de				
	extração, tampa filtro, swab e instruções de uso.				
02	Validade mínima de 12 meses.	Kit	10.000		

Validade da proposta:	Dias
Prazo de entrega:	Dias

Declaro expressamente que os preços cotados incluem todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento integral das obrigações decorrentes da licitação.

Assinatura Identificável (nome do representante da empresa)



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

ANEXO VIII - MINUTA DE CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº. /2023

Termo de Contrato que entre si celebram a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ** e a empresa.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ, sediada na Praça Coronel Justiniano, 164-Centro, na cidade de Cambuí, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ sob o nº 18.675.975/0001-85, neste ato representado pelo Prefeito SR. TALES TADEU TAVARES, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e a empresa, sediada na, Bairro, na cidade, Estado de, CEP, inscrita no CNPJ sob o nº, neste ato representada pelo Sr., com poderes para representar a empresa nos termos do Contrato Social, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, tem entre si justo e avençado, e celebram, por força deste Instrumento, o presente Contrato, sujeitando-se às normas preconizadas na Lei 8.666/93 e no que consta no Processo Licitatório Nº. 272/2023, Pregão Presencial Nº. 040/2023, mediante as cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O objeto do presente Contrato é a aquisição de materiais para uso no ocmbate e prevenção ao COVID-19, de forma parcelada, em conformidade com os Anexos do edital, conforme Ata da Comissão de Licitação e Proposta Comercial apresentada pela ora **CONTRATADA**.

O instrumento do Processo licitatório supra citado, seus anexos e Proposta Comercial apresentada são partes integrantes do presente Instrumento de Contrato, como se aqui transcritos estivessem.

Cláusula Segunda – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Para garantir o fiel cumprimento do objeto do presente Contrato, a **CONTRATANTE** se obriga a:

a) Efetuar o pagamento na forma convencionada na Cláusula Sétima do presente Instrumento, dentro do prazo previsto, desde que atendidas as formalidades previstas;



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

b) Designar um representante para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto deste Instrumento devendo anotar em registro próprio, todas as ocorrências verificadas;

c) Notificar a **CONTRATADA**, imediatamente, sobre a falta e defeitos observados no cumprimento da obrigação ora ajustada;

d) Emitir a devida ORDEM DE FORNECIMENTO para a entrega do objeto.

Cláusula Terceira - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Para o fornecimento, objeto deste Contrato, a CONTRATADA se obriga a:

a) Executar fielmente o objeto, dentro das especificações técnicas exigidas no instrumento convocatório, atendendo às requisições de materiais de forma parcelada no prazo de 10 (dez) dias, entregando o objeto licitado conforme determinado pela Prefeitura Municipal de Cambuí;

b) Assumir inteira responsabilidade com todas as despesas diretas e indiretas com pessoal, envolvidas no fornecimento, que não terão qualquer vínculo empregatício com a **CONTRATANTE**, inclusive fretes, impostos e demais despesas de envio;

c) Assumir inteira responsabilidade por qualquer dano pessoal e material que seus empregados venham a causar ao Patrimônio da **CONTRATANTE** ou a terceiros, quando da execução do objeto deste ajuste;

d) Reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes dos materiais empregados;

e) Atender às determinações regulares do representante designado pela **CONTRATANTE**, bem como as da autoridade superior;



Estado de Minas Gerais

Administração 2021/2024

f)Aceitar a ampliação ou redução do objeto contratado nos limites estabelecidos no Parágrafo 1º do artigo 65 da Lei 8.666/93;

g) Obedecer às normas técnicas brasileiras, ou na sua ausência, as normas internacionais pertinentes ao objeto contratado.

Cláusula Quarta - DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO

A **CONTRATANTE** ou seu representante legal poderá inspecionar cuidadosamente o produto que está sendo adquirido.

Poderá a **CONTRATANTE**, da mesma forma, solicitar a qualquer tempo, quaisquer tipos de exames, através de laboratórios especializados, para a constatação de vícios, defeitos ou má qualidade dos produtos fornecidos, sendo que, verificadas tais ocorrências, os custos serão cobrados da **CONTRATADA**, ensejando as penalidades constantes deste Instrumento, da Lei de Licitações e Código de Defesa do Consumidor.

A inspeção de que trata o parágrafo anterior, não ausentará o fornecedor das responsabilidades contraídas em virtude do bom andamento do ajuste avençado.

Estando o objeto em desacordo com o estabelecido, os mesmos serão recusados, cabendo à **CONTRATADA** substituí-los, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de rescisão do Contrato e sem prejuízo das penalidades e sanções previstas na Cláusula Nona deste instrumento de ajuste.

Cláusula Quinta – **DO PREÇO**

Pelo fornecimento do objeto previsto na Cláusula Primeira deste Contrato, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** a importância global estimada de R\$ (), considerando os preços unitários dos produtos licitados, observada a Proposta Comercial do Processo Licitatório em epígrafe.

Cláusula Sexta - DA REVISÃO DO PREÇO

Os preços contratados serão revisados, por acordo das partes, sempre que cabalmente se verificar o rompimento do equilíbrio econômico –financeiro, em conformidade com



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

o artigo 65, II, d da Lei 8.666/93, mediante solicitação prévia à Comissão de Licitação, para as providências cabíveis.

Cláusula Sétima - DO PAGAMENTO

1. O pagamento somente será efetuado pela CONTRATANTE mediante a apresentação das Notas Fiscais/Faturas, pelos produtos atinentes à requisição de material efetuada pelo Departamento de Compras da CONTRATANTE e devidamente atestados pelo responsável da unidade recebedora dos mesmos, através de cheque nominal à CONTRATADA, observado em todos os casos o disposto neste item;

2. A **CONTRATANTE** disporá de um prazo de 03 (três) dias úteis para efetuar o atesto ou rejeitar os documentos de cobrança por erros ou incorreções em seu preenchimento.

3. A **CONTRATANTE** disporá de um prazo de 10 (dez) dias contados do atesto da respectiva Nota Fiscal/Fatura para efetuar o pagamento, ressalvada a disposição do item 1 desta Cláusula.

4. A **CONTRATANTE** não fará nenhum pagamento à **CONTRATADA** antes de paga ou relevada a multa que por ventura lhe tenha sido aplicada.

5. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

Cláusula Oitava - DA DESPESA

As despesas decorrentes da execução do presente Contrato correrão a conta dos recursos consignados na lei orçamentária específica do presente exercício, segundo a dotação orçamentária 1012200064.184 Enfrentamento da emergência COVID 19 339030 Material de Consumo.

Cláusula Nona – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



Administração 2021/2024

Pelo descumprimento total ou parcial das condições contratuais, a **CONTRATANTE** poderá aplicar à **CONTRATADA**, as seguintes penalidades, além da responsabilização civil e penal cabíveis, sem prejuízo do disposto no artigo 49 da Lei 8.666/93:

- a) Advertência;
- **b)** Multa;
- c) Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração
- **d)** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinados da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que tiver aplicado a penalidade;

A CONTRATANTE poderá ainda aplicar à CONTRATADA, sob o valor deste ajuste:

- **a)** Multa de mora de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso injustificado na execução dos serviços, objeto deste Contrato, até o 30º (trigésimo) dia de atraso sobre o valor do objeto não executado;
- **b)** 20% (vinte por cento) quando o atraso for superior a 30 (trinta) dias, com o conseqüente cancelamento da nota de empenho ou documento correspondente;
- c) As sanções previstas nos incisos I, III e IV do artigo 87 da Lei 8.666/93, pelo não-cumprimento das obrigações assumidas em razão deste Contrato.

Cláusula Décima - DA RESCISÃO

Este Contrato poderá ser rescindido por mútuo consentimento das partes, ou unilateralmente pela **CONTRATANTE** por medida de interesse público, mediante Notificação à **CONTRATADA**, ou na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93, ou ainda, judicialmente, nos termos da legislação pertinente.



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

Cláusula Décima Primeira - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de início deste Contrato será contado a partir da data de sua assinatura, para vigorar por 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual e sucessivos períodos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos de emergência de saúde pública. Ficam ressalvadas a aplicação de multas decorrentes do atraso injustificado na entrega do objeto, além das outras penalidades constantes deste Instrumento.

Cláusula Décima Segunda - DAS ALTERAÇÕES

A revisão, acréscimos ou supressões contratual será aplicada em conformidade com o Art. 4º-I da Lei Nº. 13.979/2020.

Cláusula Décima Terceira - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Cambuí, Estado de Minas Gerais, para dirimir as dúvidas oriundas da execução do presente Contrato, renunciando a qualquer outro por privilegiado que seja.

E por estarem justos e pactuados, firmam o presente Contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Prefeitura Municipal de Cambuí, aos dias do mês

de 2023.

TALES TADEU TAVARES Prefeito

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:	
1	_
า	